

**UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS
INSTITUTO DE ESTUDOS TECNOLÓGICOS E SEQUÊNCIAS DE
JUIZ DE FORA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM MEIO AMBIENTE**

**Hiana Pires Delvaux
Julieta da Silva Botezine**

**Educação Ambiental em Comunidades com Características de
Vulnerabilidade Social**

Juiz de Fora

2010

M-081
2010
M100335

Hiana Pires Delvaux
Julieta da Silva Botezine

**Educação Ambiental em Comunidades com Características de
Vulnerabilidade Social**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado à Universidade Presidente
Antônio Carlos Instituto de Estudos
Tecnológicos e Seqüenciais de Juiz de
Fora, como requisito parcial para a
obtenção do título de Tecnólogo em
Meio Ambiente.



Professor Orientador Humberto Chiaini de Oliveira Neto – M. Sc.

Juiz de Fora

2010

Dedico à Deus, à minha mãe, aos meus irmãos e ao meu filho Arthur que tanto amo que foram a fonte de minha força e por compreenderem a minha ausência, muito obrigada por estarem ao meu lado e tornarem possível esta conquista.

Hiana Pires Delvaux.

Houve momentos que achei que não conseguiria chegar até o fim, mas Deus com a sua presença me fortaleceu, a Ele cabem o louvor e a glória. Dedico à minha mãe, meus irmãos e ao Sr. José pelo apoio e incentivo, por todo carinho e dedicação, ao Daniel por estar ao meu lado e principalmente por entender a minha ausência pela falta de tempo, aos meus amigos pela torcida, enfim à todos que de alguma forma contribuíram para que este sonho se transformasse em realidade.

Julieta da Silva Botezine.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Humberto Chiaini de Oliveira Neto, pela orientação segura e boa vontade de nos ajudar, seus ensinamentos com certeza será parte do profissional que iremos nos tornar.

A Assistente Social Roberta da Silva Botezine, pela grande dedicação, pelos conhecimentos que nos passou e pelos materiais que nos disponibilizou para realização desta pesquisa.

Aos Mestres, ensinar não é só transmitir conhecimentos. Ser professor é ser instrutor e amigo, é caminhar com o aluno passo a passo. Ser professor é ser exemplo de dedicação, de dignidade pessoal e, sobretudo de amor.

Ao Cláudio Francisco da Costa, um grande amigo, por sua paciência e disposição em estudarmos juntos nos finais de semana.

“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.”

(Mahatma Gandhi).

RESUMO

A Educação Ambiental é um processo de ensino para os indivíduos, cabe a ela construir novos valores e a melhoria da qualidade de vida para todos os seres vivos. Este trabalho tem foco em mostrar a contribuição da Educação Ambiental para minimização de problemas em comunidades com características de vulnerabilidade social. Mostraremos exemplos em que o desconhecimento acerca das questões ambientais pode agravar situações de vulnerabilidade social, chegando a trazer risco à vida desta parcela da população.

PALAVRAS-CHAVE: Educação ambiental nos primeiros anos de vida. Características da educação ambiental. Sustentabilidade. Conferências.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 MEIO AMBIENTE E QUESTÃO SOCIAL	
2.1 Conceito de Vulnerabilidade Social	11
3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL	
3.1 Histórico	12
3.2 Conceito	13
3.2.1 A Educação Ambiental nos Primeiros Anos de Vida	15
3.2.2 Formas de Atuação da Educação Ambiental	16
3.3 Características e Finalidades de Educação Ambiental	17
3.3.1 Atividades de Educação Ambiental Urbana	18
3.3.2 Educação para Sustentabilidade: Contexto e Limites	19
4 POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL	
4.1 Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99)	
4.2 Globalização	21
4.3 Contexto Sócio Ambiental	22
4.4 Desenvolvimento Ambientalmente e Socialmente Sustentáveis	23
4.5 Os Grandes Eventos sobre Educação Ambiental	
4.5.1 Encontros Internacionais	24
4.5.2 Encontros Brasileiros de Educação Ambiental	26
4.5.3 Previsão de Próximos Encontros sobre Educação Ambiental	27
5 DESAFIO CONTEMPORÂNEO	28
5.2 Experiência em Juiz de Fora	32
6 CONCLUSÃO	35
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36

1 INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental é mais que uma disciplina, é um conjunto de idéias que conduz à melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio do ecossistema para todos os seres vivos. O papel da educação ambiental, neste contexto é necessária e urgente.

Ética ambiental pode ser entendida como tratamento racional de problemas morais relacionados com o meio ambiente. A ética ambiental servirá como conduta para a prática educativa, resguardando a vida em geral, assegurando de que forma será possível exercer a cidadania dos indivíduos, cumprindo seus deveres e exigindo seus direitos, tornando uma sociedade cada vez mais sustentável.

Portanto a Educação Ambiental é um processo de ensino para os cidadãos, cabe a ela construir novos valores e a melhoria da qualidade de vida para todos os seres. É preciso destacar também a sua importância nos aspectos relativos às outras questões que atingem a sociedade: o saneamento, os ecossistemas, a saúde pública, a comunicação, etc, de modo a priorizar as melhores formas para passar para os indivíduos a respeito do tema.

As raízes das questões ambientais estão nos modelos de desenvolvimento até os dias de hoje, estes modelos ainda básicos devem sustentar a formulação de todo projeto de EA voltado para sociedade em geral, visando um processo que leve ao desenvolvimento social, econômico e ambientalmente sustentável.

Este trabalho visa também em contribuir para uma reflexão quanto a contribuição da Educação Ambiental para minimização de problemas em comunidades com características de vulnerabilidade social. Nosso interesse é mostrar as questões ambientais no atual sistema, as formas de exploração, ou seja, a destruição do meio ambiente e a Educação Ambiental voltada também para ajudar amenizar estes impactos.

No item 2 abordamos as formas que envolvem a questão social e a degradação do meio ambiente. Os problemas ambientais atingem de forma desigual as classes da sociedade, sendo mais afetados os setores mais pobres, os quais se tornam mais vulneráveis às consequências da degradação ambiental. Já no 3 procuramos realizar um breve resgate do surgimento da EA, sua trajetória, sua evolução, suas características e finalidades para a sociedade e as variadas formas de suas aplicabilidades. No 4 mencionamos o avanço do Brasil com a aprovação da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99), com esta nova política o Brasil melhorou muito seus índices de uma forma geral, projetos e programas estão tomando um espaço maior e com mais seriedade na sociedade. Mostramos as questões de alterações

globais, induzidas por dimensões humanas. Falamos também da importância da natureza e seus recursos naturais e a degradação da mesma por conta da forma errada que tem sido explorada pelo homem. A ligação do desenvolvimento econômico e o meio ambiente de forma sustentável. Citamos alguns encontros internacionais e brasileiros realizados nas últimas décadas sobre a EA. No 5 relatamos sobre os problemas ambientais existentes, desde a Revolução Industrial e os impactos que os mesmos estão causando para a vida dos seres vivos. Isso tem atingido a todas as classes sociais, assim observando a necessidade da implantação de medidas capazes de parar ou diminuir a degradação que conseqüentemente afeta o meio ambiente, de forma desordenada. Para finalizar, apresentamos objetivamente exemplos em que o desconhecimento acerca das questões ambientais pode agravar situações de vulnerabilidade social, chegando a trazer risco à vida desta parcela da população.

2 MEIO AMBIENTE E QUESTÃO SOCIAL

A degradação do meio ambiente surge atrelada ao surgimento da questão social que segundo Iamamoto (2005, p.12), pode ser definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Numa sociedade capitalista as relações ambientais expressam as transformações e a forma com que o homem irá se relacionar com a natureza.

Neste sentido, se seguirmos a concepção marxista de entendimento da sociedade capitalista, o acesso universal aos recursos naturais bem como o uso que fazemos deles, segue o mesmo padrão do modo de produção capitalista, onde o trabalhador é expropriado de suas condições de trabalho (também conhecida como a relação entre burguesia e proletariado).

Na questão ambiental esta teoria pode ser expressada pela relação entre um capitalista que utiliza seu acesso aos recursos naturais para obter lucro e seus subordinados.

Esta parcela da sociedade tem mais constantemente sua sobrevivência atrelada aos aspectos da questão social sendo possível perceber sua concentração nas regiões suburbanas e áreas muitas vezes originárias de invasões e ocupações.

Assim podemos dizer que nos aspectos relacionados às desigualdades sociais também se fazem presentes os aspectos ambientais onde a parcela mais pobre de nossa sociedade é também aquela que mais sofre.

Bressan (2001, p.322), coloca que,

Os segmentos sociais mais vulneráveis são excluídos do usufruto dos bens socialmente produzidos. Não obstante, são responsabilizados pelo descuido ou “uso inadequado do meio-ambiente”, induzindo a idéia de que a solução reside apenas no campo cultural. As teses de preservacionistas conservadoras ignoram as contradições econômicas, sociais e ideológicas que aí estão implicadas. A configuração dos conflitos sócio ambientais em torno do acesso e formas de uso dos bens ambientais lança a questão para a esfera da política pública, legitimando-se como luta de cidadania .

2.1 Conceito de Vulnerabilidade Social

A Comunidade com características de vulnerabilidade social assim se denomina por apresentar uma acentuada desagregação, representando uma comunidade frágil, desprotegida e com poucas perspectivas de vida, devido às situações precárias, pouca ou quase nenhuma estabilidade. Consequentemente essas comunidades não têm suporte estrutural, possuem má qualidade de vida, devido ao desemprego, o que leva à fome e à falta de informação.

Existem ONGs e associações desenvolvendo projetos sociais que visam atenuar os problemas enfrentados por essas comunidades, criando oportunidades, como inclusão digital, capacitação profissional e outros.

Por exemplo, a associação dos moradores do Riacho Doce-AMORDOCE, Comunidade do Riacho Doce, região do Passaré, Fortaleza, vem desenvolvendo projetos de infra-estrutura, como saneamento básico. A associação já formou 68 jovens em cursos de capacitação profissional e 543 crianças da educação infantil entre outros. Já a Associação do Desenvolvimento Comunitário de Parambú, Ceará, promove trabalhos na agricultura (irrigação) e saúde (acompanhamento familiar). Ainda a associação comunitária da Várzea Alegre – ACOMVA, situada na micro região denominada Serra do Caririáçu, Fortaleza desenvolve trabalhos nas áreas de agricultura, reforço escolar, aleitamento materno, combate a desnutrição e orientação educacional e social para crianças e adolescentes.

No que se refere à responsabilidade do Estado em relação às comunidades com características de vulnerabilidade social, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004, p.33), coloca que,

Constitui o público usuário da política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

3.1 Histórico

Conforme afirma Peter Westbroek(1985 apud PENA-VEGA, 2003),

O problema da degradação do meio ambiente é provavelmente tão antigo quanto à humanidade, mas jamais despertou uma inquietude tão viva e universal como hoje em dia. Isto significa que, pela primeira vez, uma angústia compartilhada transcende as fronteiras individuais e nacionais.

Um breve apanhado das ocorrências ligadas ao meio ambiente a partir do século XIX, observamos a seguir:

1822- A José Bonifácio de Andrada e Silva (o Patriarca da Independência) são atribuídas às primeiras colocações sobre ecologia feitas por um brasileiro em nosso país.

1859- Charles Darwin publica “A Origem das Espécies” demonstrando a relação estreita entre os seres vivos e o ambiente em que vivem.

1952- O ar poluído de Londres provoca a morte de 1.600 pessoas.

1974- Publicada a declaração sobre o meio ambiente humano, documento elaborado na Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano que reuniu 113 países em Estocolmo na Suécia.

1984- Em Bhopal, na Índia, ocorre aquele que foi considerado marco na indústria em termo ocidental do mundo, tendo havido vazamento do gás metil isocianeto de fábrica da Union Carbide,matando 2.000 pessoas e ferindo outras 200.

1986- Explosão de um reator da usina de Chernobyl, em Kiev (Ucrânia), matando entre 7e 10 mil pessoas e contaminando outras 4 milhões.

1987- Acidente com a cápsula de Césio 137 em Goiânia, foi indevidamente abandonado em lixões, e os catadores acharam que eram pedras preciosas. Os que tocaram no metal morreram, e as demais, foram contaminadas.

1988- A União Internacional para Conservação da Natureza-IUNC, cataloga 4,500 espécies de plantas e animais em extinção.

1989- Criado o IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, responsável pela política nacional do meio ambiente.

1992- No Rio de Janeiro é realizado a Conferência da ONU sobre o meio ambiente e desenvolvimento, onde foi elaborada a Agenda-21, documento onde se tem sugestões de

compromissos a serem exercidos de acordo com os problemas ambientais, de cada país com a participação de 170 países.

1990- A OMS - Organização Mundial da Saúde, aponta o estresse como a maior causa de morte do mundo. As pessoas não tem acesso a equipamentos, a saúde que têm direito, isso causa estresse.

2000- Depressão é a quarta causa de internação do SUS - Sistema Único de Saúde, no Brasil pessoas mal na frente de hospitais e se não tiverem plano de saúde não são atendidas.

2002- Em Johannesburg, na África do Sul é realizada a II Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (RIOTO) reafirmando os compromissos da Agenda-21. Como sugestão do encontro foi proposto discutir e rever o conceito de desenvolvimento, desenvolver sim, mas preservando, protegendo o ambiente, os projetos para terem financiamento do governo, tem que ter o consentimento dos órgãos ambientais.

2003- A ONU começou a mandar caixões para pararem de derrubar árvores para não agravar o problema devido ao impacto devastador da AIDS no Quênia (África), está gerando desflorestamento significativo. Estimativas do UNICEF indicam que mais de 10 mil crianças trabalham ou vivem nos lixões do Brasil.

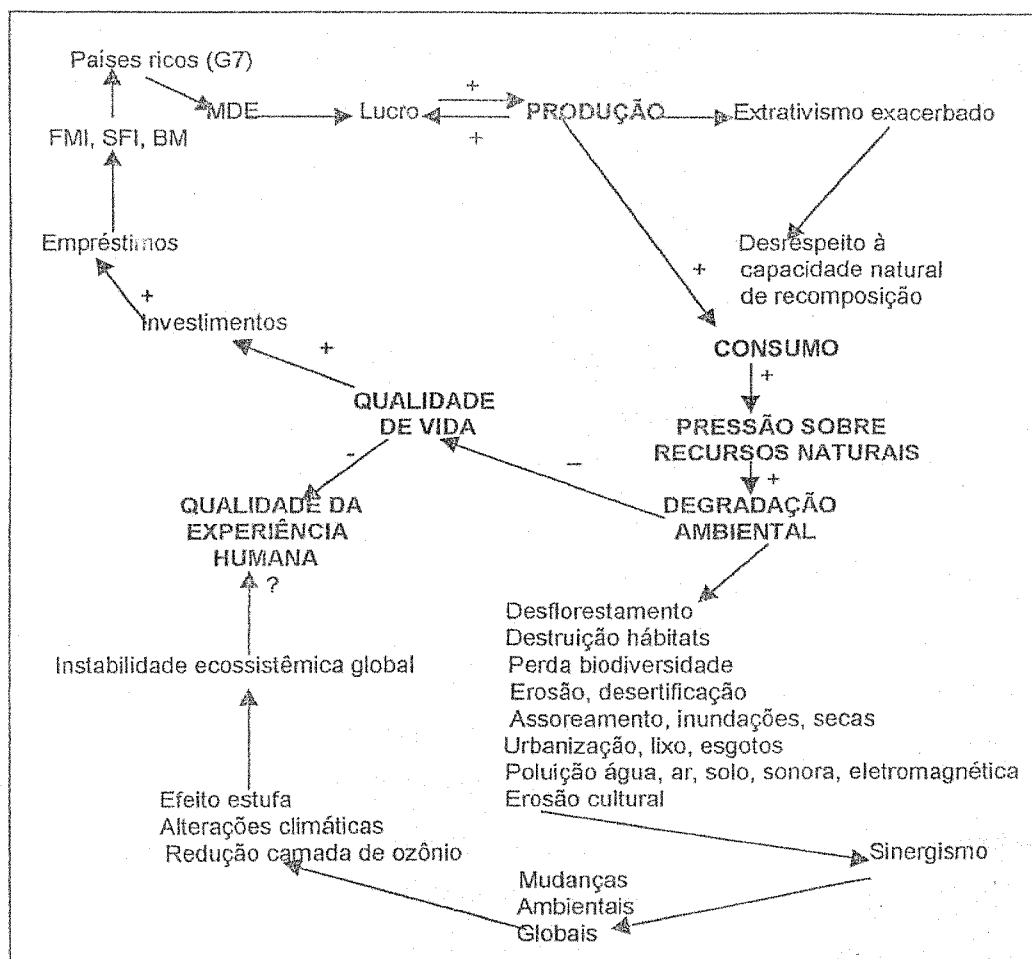
Podemos observar após analisarmos algumas ocorrências ligadas ao meio ambiente, o aumento das agressões a natureza resultante do modelo de desenvolvimento hoje verificado como, a mobilização da sociedade em busca de desenvolvimento que sejam sustentáveis, mantidos.

O caminho a ser percorrido é enorme, pois vai de encontro a interesses econômicos, culturais e políticos, envolvendo a participação da sociedade na busca de soluções e ações definidos.

3.2. Conceito

O modelo de desenvolvimento que verificamos hoje, é a busca pelo lucro a qualquer custo, para se recuperar o que se degradou, toma-se empréstimos ao Sistema Financeiro Internacional, o mesmo que lucrou com a degradação do ambiente, e lucra novamente ao fazer outros empréstimos devido aos aumento de produção que exige mais recursos naturais para sua efetivação, comprometendo nossas finanças e o nosso futuro, o que produz um sistema não-sustentável.

DIAS, (2003) resume essa questão em um modelo sistêmico, conforme se observa a seguir:



QUADRO 1 - Modelo Sistêmico do Desenvolvimento Econômico Atual

FONTE - Dias (2003, p. 97)

O desenvolvimento sustentável assume o papel de estratégia para a sobrevivência da sociedade expresso por MIKHAIL GORBACHEV, por ocasião do Encontro Rio + 5, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1997:

O maior desafio, tanto da nossa época como do próximo século, é salvar o planeta da destruição. Isso vai exigir uma mudança nos próprios fundamentos da civilização moderna o relacionamento dos seres humanos com a natureza.

O relacionamento lembrado por GORBACHEV diz respeito à necessidade de esclarecimento dos seres humanos para a questão ambiental, que é de importância decisiva para se obter sucesso em qualquer tentativa de salvar o planeta.

Entendem-se por educação ambiental de acordo com a Lei número 9.795, de 27 de abril de 1.999 os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competência voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

3.2.1 A Educação Ambiental Nos Primeiros Anos de Vida

O tema Educação Ambiental (EA) já foi objetivo de discussões em várias conferências, destacando-se a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi (1977), que define a EA como uma dimensão dada ao conteúdo e a prática da educação. Outro marco significativo foi a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e Rio 92, onde foram criados os Tratados das ONG's, totalizando 36 planos de ação, como por exemplo o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Em 1997 na Tessalônica (Grécia) a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e a Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a sustentabilidade, em que dentre outros aspectos, sugeriu mudanças em comportamentos e estilos de vida, para suportar mudanças rumo à sustentabilidade oriundas de outros setores da sociedade.

Já para ESLINGER (2003) - Especialista em Pediatria de Desenvolvimento em Aprendizado, Penn State College of Medicine - afirma que:

É evidente desde a primeira infância que a estrutura e as conexões do cérebro são realmente esculpidas por numerosas influências ambientais e biológicas. Este desenvolvimento é mais intenso nos primeiros anos de vida. Nesta fase os elementos mais precoces das funções executivas começam com as interações pais-filhos, expandem-se muito nas brincadeiras, e florescem em atividades acadêmicas, sociais e recreativas mais complexas.

ESLINGER quis dizer que os pais devem incentivar a criança desenvolver uma relação de carinho com a natureza. Para isso os pais de vem aproveitar oportunidades do próprio cotidiano, um exemplo é servir verduras e frutas e explicar de onde elas vêm, plantar árvores, evitar o desperdício, reaproveitar os alimentos e ensinar a separação de materiais para reciclagem são alguns exemplos de hábitos que os pais devem ensinar aos seus filhos desde crianças.

Segundo DIAS (2003, p.100), a Educação Ambiental é um processo por meio do qual as pessoas aprendam como o ambiente funciona, que todos dependemos dele e como podemos afeta-lo. Enfim, o que a Educação Ambiental pretende é:

Desenvolver conhecimento, compreensão, habilidades e motivação para adquirir valores, mentalidades e atitudes necessários para lidar com questões, problemas ambientais e encontrar soluções sustentáveis.

3.2.2. Formas de Atuação da Educação Ambiental

A Educação Ambiental Formal é introduzida entre as diferentes disciplinas do currículo básico escolar sendo necessária a continuidade com projetos de desenvolvimentos de programas de Educação Ambiental.

As ações ocorrem ao sistema formal de ensino público e privado, por exemplo produção de materiais técnicos específicos, treinamento de professores e estímulo dos demais atores envolvidos na execução do programa.

A Educação Ambiental Não-Formal é direcionada á comunidade em geral. Seu principal objetivo melhorar a qualidade de vida da comunidade e fortalecimento da cidadania.

A implantação de ações de Educação Ambiental promove a disseminação de conhecimentos relativos ao ambiente, sendo essencial para a população na área política, social e econômica com ações como uso consciente da água e energia, combate ao desperdício, redução da poluição do ar e sonora, coleta seletiva e reciclagem do lixo, ações estas que se tornam hábitos.

A Educação Ambiental Informal constitui de processos de conscientização através da mídia por exemplo, campanhas, cartazes, boletins informativos, bancos de dados ambientais sistemas de informatização, a internet. Promovendo a sensibilização da população sobre as questões ambientais.

Outras formas de atuação são de manifestações e de expressão humana como exemplo, canções, pinturas, poesias, ações estas que não estão necessariamente na pedagogia ambiental mas são instrumentos de sensibilização que mexem com as emoções e sentimentos das pessoas em relação ao meio ambiente.

3.3 Características e Finalidades da Educação Ambiental

Compreender a natureza do meio ambiente, nos aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais. Facilitar os meios de interpretação da interdependência desses diversos elementos, no espaço, no tempo, afim de conseguir uma utilização mais prudente dos recursos naturais para satisfazer as necessidades da humanidade.

A Educação Ambiental abrange as dimensões econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, no qual as decisões e comportamentos de todos os países podem ter resultados de alcance internacional.

Favorece em todos os sentidos uma participação responsável e eficaz da população na idéia e aplicação das decisões que coloca em jogo a qualidade do meio natural, social e cultural.

Tem a finalidade não apenas de ser somente uma disciplina, mas de ser a contribuição de diversas disciplinas e experimentos educativos ao conhecimento e à compreensão do meio ambiente, assim resolvendo os seus problemas.

A Educação Ambiental tem característica em focar na educação interdisciplinar e orientar para a resolução de problemas, desenvolver a integração da comunidade orientando para o futuro.

Tem finalidade também de orientar de forma decisiva para formar as gerações atuais, não somente para aceitar a incerteza e o futuro, mas para gerar um pensamento complexo e aberto às indeterminações, às mudanças, à diversidade, à possibilidade de construir e reconstruir num processo contínuo de novas leituras e interpretações, abrindo novas possibilidades de ação.

Uma das mais importantes características da EA é que ela tem como objetivo resolver problemas concretos. Que os indivíduos, de qualquer nível, percebam claramente os problemas que afetam o bem-estar individual ou coletivo, esclareçam suas causas e determinem os meios para resolvê-los.

A Educação Ambiental procura sempre o modo mais adequado para implantar uma educação mais ajustada à realidade, às necessidades, aos problemas dos indivíduos e das necessidades do mundo atual.

3.3.1 Atividades de Educação Ambiental Urbana

A educação ambiental, por abranger todos os aspectos que compõem a questão ambiental, por achar que escola não pode ser um amontoado de gente trabalhando com outro amontoado de papel, por ser uma ponte para educar a população de forma consciente, e por ser sempre otimista a proporcionar novos processos educativos que conduzam as pessoas por caminhos onde seja possível mudanças e melhorias do ambiente total e da qualidade da sua experiência humana.

O professor brasileiro tem que ser sempre lembrado como capacitado e responsável pelo bom êxito na qualidade da educação pois é graças a ele que a educação do Brasil não está pior.

Infelizmente nossas escolas contam com pouca disponibilidade para atividades experimentais na educação ambiental.

Algumas atividades podem ser exercidas a curto prazo, porém acentuam-se aquelas que exigem mais elaboração e engajamento dos alunos no seu desenvolvimento. Envolve preparação simples com materiais facilmente encontrados. A profundidade de cada atividade ficará a cargo do professor, bem como as adaptações necessárias para a adequação a realidade da escola, e a sua avaliação.

Um projeto tem como objetivo principal promover a participação dos alunos, pais e funcionários da escola, bem como da sociedade civil na análise das questões ambientais, visando a melhoria da qualidade de vida urbana.

Propor práticas educativas que estimulem a liberdade, a cidadania, a responsabilidade bem como reflexões acerca dos problemas enfrentados na escola e em casa, instrumentar os atores sociais (pais, alunos e funcionários) para o entendimento das questões ambientais, e formação de atividades de cooperação, capacitando-os para a tomada de decisão.

Estabelecer parceria com outras escolas e instituições, cidades e países para intercâmbio com experiências e para o aprimoramento dos projetos. Da mesma forma parcerias com outras empresas podem permitir atividades voltadas a coleta seletiva e reciclagem de embalagens.

A solução dos projetos ambientais se encontra no desenvolvimento das ações de educação ambiental realizados nas escolas e em comunidades, a forma mais eficaz de intervenção, na intenção de modificar valores e comportamentos inadequados para a melhoria de vida das pessoas e do meio ambiente.

3.3.2 Educação para Sustentabilidade: Contexto e Limites

Se desejamos ter um planeta sustentável, a própria Educação Ambiental deve ser sustentável. Isso será possível por uma consciência conjunta das nações a respeito do desenvolvimento humano, pela promoção da vida e por critérios éticos universais.

A ética ambiental servirá como um caminho para uma prática educativa e reflexão que permitirá o desenvolvimento sustentável do ser humano e dos animais.

Existem diferentes culturas no planeta, com diferentes universos de valores, histórias e formas de conduta que determinam a identidade de cada comunidade, região ou país. Da mesma forma as sociedades estão espacial e geograficamente localizadas em diferentes ecossistemas, ou seja, o encontro natural na qual se desenvolve cada cultura é diverso, o que tem determinado a evolução cultural, institucional e econômica das várias comunidades assim a diversidade cultural soma-se a diversidade ambiental.

A dimensão política destaca que diferentes comunidades tem seus próprios sistemas de valores, conceitos de liberdade, democracia e direitos enfim, suas próprias ideologias em parte derivadas de seu mundo cultural e em parte de como tem-se organizado social e economicamente.

Um dos maiores desafios para a implementação de projetos de Educação Ambiental em caráter nacional está relacionando com o combate à pobreza. Este aspecto tem sido apontado por vários estudos como sendo o que mais degrada o meio ambiente e os recursos naturais.

É essencial a diminuição da pobreza. O sucesso do desenvolvimento sustentável está em diminuir as desigualdades dos padrões de vida e melhor definir as necessidades da maior parte da população no mundo. Mas por outro ponto de vista, enquanto a pobreza resulta em certos tipos de degradação ambiental, as maiores causas da contínua deterioração ambiental global, principalmente nos países industrializados, estão nos insustentáveis padrões de consumo e de produção. Isto nos reforça a necessidade de programas para diminuir os desequilíbrios sociais. Como exemplo as políticas públicas de infra-estrutura, como saneamento básico, habitação, transporte, educação, atendimento à saúde, etc, estas poderiam obter mudanças significativas em plano local, poderiam ainda implantar diferentes tipos de programas comunitários, envolvendo as organizações, os sindicatos, as universidades, entre outros.

A participação da sociedade, através de seus diferentes sistemas de representação, exerce um papel fundamental nos projetos de EA. No entanto é importante lembrar que esta participação deve ser qualificada para poder atuar de forma correta e transformadora da realidade.

É importante destacar também a importância de recursos financeiros para levar adiante esta tarefa. É fundamental, para alcançar os objetivos propostos pela EA, uma política que dê continuidade e assegure a correta aplicação dos recursos financeiros disponíveis à sociedade.

4 POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL

4.1 Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99)

O Brasil é o único país da América Latina que tem uma política específica para a Educação Ambiental. Sem dúvida foi uma grande conquista política.

A Política Nacional de Educação Ambiental, aprovada em abril de 1999, no Brasil, determina a obrigatoriedade da Educação Ambiental, especificando seus princípios gerais e as competências dos órgãos públicos e privados.

Essa lei, de número 9.795/99, significa um avanço importante para a consolidação de uma visão mais ampla da Educação e Formação Ambiental no país. A lei destaca a importância e necessidade da capacitação de recursos humanos, o desenvolvimento de metodologias para incorporação interdisciplinar da EA nos diferentes níveis e modalidades do ensino.

Podemos compreender com clareza que não são suficientes as determinações legais para que se possa desenvolver um processo efetivo de formação, mas considera-se um avanço importante estas recomendações para facilitar o compromisso de ensino superior com a área de EA, que até agora tem permanecido de certa forma marginalizada, principalmente da investigação educativa.

4.2 Globalização

Dentro de um espaço de tempo curto, a humanidade tem passado por alterações profundas.

Esta rápida transformação propiciada pela globalização, deixou os cientistas muito preocupados com a capacidade da terra de suportar a viabilidade biológica da espécie humana. O indivíduo está ocupando o mesmo nicho dentro da biosfera de uma forma muito rápida, ou seja, as pessoas, em grande parte estão consumindo muito, em todo o mundo adotando sempre os mesmos padrões de recursos finitos e a velocidade de regeneração da natureza não está sendo respeitada.

Este processo com certeza trará consequências de várias dimensões em todas as partes da terra onde vivem os seres humanos.

Segundo Viola (1995), o processo de globalização apresenta onze dimensões, destacando-se a dimensão comunicacional – cultural, que estaria intrinsecamente relacionada com o desenvolvimento desse processo: a disseminação de conteúdos, modos de vida e formas de lazer, originariamente americanos. A mídia mundial, americanizada, projeta a sua cultura para o mundo todo e desperta nas pessoas o desejo de “ter” aquilo e “ser” assim, sem que as suas condições econômicas, sociais, políticas, culturais e até ecológicas permitam.

Podemos notar que isto leva as pessoas formarem um estado de insatisfação, frustração, estresse, com alto poder de pressão sobre os recursos naturais.

Foram desenvolvidos vários processos de Educação Ambiental para melhorar esta questão. Segundo Porter e Brown (1991), isso viria desencadear a emergência dessa área de questões na política internacional, traduzida em esforços para a negociação de acordos multilaterais para a proteção do ambiente natural e seus recursos, buscando constituir Regimes Ambientais Globais.

4.3 Contexto Socio Ambiental

O modelo de desenvolvimento econômico se fundamenta no lucro, e este está atrelado ao aumento da produção (em que os recursos naturais são utilizados sem nenhum critério), onde o ambiente é visto como um supermercado gratuito, com reposição infinita de estoque, em que o importante é o benefício, desprezando o custo.

A natureza é uma fonte original de gêneros alimentícios e meios já prontos de subsistência para o homem, porém não produz mercadorias para vender no mercado. O mercado é uma construção social. Por isso o interesse do capital por recursos naturais está ligado a sua transformação pelo trabalho em mercadorias, fazendo com que seja uma forma de obtenção de lucro.

Quando este recurso natural que era tido como superabundante começa a se tornar escasso e podendo se esgotar, se torna uma arma nas mãos das pessoas, capaz de gerar renda aos que controlam seu acesso.

Neste sentido nos afirma Altvatar (2006, p.346):

O mais formoso dos pássaros ou uma antiga árvore em uma floresta tropical ou o ferro em uma mina não são mercadorias; eles somente se convertem em mercadorias através de um processo de valorização.

O homem através de sua ação transforma a natureza e ao realizar esta transformação, acaba transformando também a sua natureza interna, ou seja, ao transformar a natureza por meio do trabalho, modifica também as formas como se estabelecem as relações sociais de produção.

Nos dizeres de Marx (1985, p.142):

Ele, o homem, põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braço e perna, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

O binômio produção-consumo gera uma pressão sobre os recursos naturais (consumo de matéria-prima, água, energia elétrica, combustíveis fósseis, desflorestamentos, etc.), causando mais degradação ambiental.

Essa degradação reflete-se na perda da qualidade de vida, por condições inadequadas de moradias, poluição em todos os sentidos, destruição de habitats naturais e intervenções desastrosas nos mecanismos que sustentam a vida na terra.

4.4 Desenvolvimento Ambientalmente e Socialmente Sustentáveis

Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Busca compatibilizar as necessidades de desenvolvimento das atividades econômicas e sociais de forma sustentável.

Desenvolvimento ambientalmente sustentável: O desenvolvimento econômico e o bem-estar do ser humano depende dos recursos da terra. Estes recursos naturais são suficientes para atender às necessidades de todos os seres vivos, se forem manejados de forma eficiente e sustentada.

O desenvolvimento econômico e o cuidado com o meio ambiente são ligados e necessários. A alta produtividade, a tecnologia moderna, podem e devem coexistir com um ambiente saudável.

Desenvolvimento socialmente sustentável: A chave para o desenvolvimento social é a participação, a informação, a educação, a organização e o fortalecimento das pessoas. O desenvolvimento deve ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas sociais onde ele ocorre.

A degradação ambiental tem que ser contida, pois ao contrário não será possível um desenvolvimento sustentável.

4.5 Os Grandes Eventos sobre Educação Ambiental

4.5.1 Encontros Internacionais

Em 1972 de 5 a 16 de junho, na Suécia, foi consagrada a Conferência da ONU sobre o “Ambiente Humano”, como Conferência de Estocolmo, reunindo 113 países com o objetivo de estabelecer princípios na busca de uma qualidade melhor do ambiente humano.

Seguindo esta conferência foram realizados vários encontros nacionais, regionais e internacionais, onde se destacam:

- A Conferência de Belgrado

Realizado em Belgrado, Iugoslávia, em 1975, para formular princípios e orientações para o Programa Internacional de Educação Ambiental. Foi elaborada a carta de Belgrado, constituindo-se um documento sobre a questão ambiental.

- A Primeira Conferência Intergovernamental Sobre EA (Tbilisi, 1977)

Realizada em Tbilisi, capital da Geórgia. Foi uma referência internacional para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental.

Foi elaborado um livro, que ficou conhecido como “livro azul”, com objetivo de ajudar as pessoas envolvidas nas questões da educação ambiental. Recomendava que a educação ambiental deveria focar-se na ciência e tecnologia para consciência dos problemas ambientais, estimulando uma mudança de conduta quanto à utilização dos recursos ambientais.

- Conferência de Moscou

Em 1987, este evento não governamental, reforçou os conceitos dados na conferência de Tbilisi, onde a EA deveria preocupar-se tanto com a promoção de conscientização e transmissão de informações, como o desenvolvimento de costumes e habilidades, promoção de valores, estabelecimento de regras e orientações para explicação de problemas e tomada de decisões. Uma das metas da conferência era sugerir um plano de ação para a década de 1990.

- Seminário Sobre Educação Ambiental, Costa Rica, 1979

Foi um encontro para falar de encontros internacionais, realizados anteriormente como o de Tbilisi e o de Bogotá.

- Conferência de Thessaloniki, Grécia, 1977.

Realizada na Grécia, tema tendo como Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade. O objetivo da conferência foi o de reforçar a importância da Educação Ambiental, reconhecer o papel crítico, para o desenvolvimento sustentável, e contribuir com o programa de trabalho para o desenvolvimento sustentável da organização das Nações Unidas.

- A Rio 92 e a Educação Ambiental

Em 1992, a ONU realizou no Rio de Janeiro a segunda Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio 92, como ficou conhecida. Através do encontro foram firmados cinco acordos internacionais: A declaração do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento, a agenda 21 (e os meios para sua implantação), a declaração das Florestas, quadro sobre mudanças climáticas e a convenção sobre Diversidade Biológica. O objetivo foi criar um espaço para reflexão sobre as práticas da Educação Ambiental no Brasil, avaliando suas tendências e identificando as perspectivas e estratégias futuras.

A agenda 21, importante documento deste encontro, consiste na sustentabilidade da vida no planeta, tendo como estratégias:

- ✓ Preservação dos recursos naturais;
- ✓ Por em prática os objetivos em questão;
- ✓ Apoiar a Comunidade;
- ✓ Abranger os aspectos econômicos e sociais.

- Cop 15 – 2009 Copenhague - Dinamarca

Foi um encontro importante para a prevenção de desastres climáticos. O evento realizado entre os dias 07 e 18 de dezembro de 2009, em Copenhague, Dinamarca, reuniu líderes de todo o mundo, pretendendo definir o comportamento dos países para a diminuição do aquecimento global.

É importante lembrar que para diminuir a emissão de gases do efeito estufa é necessário adotar alterações no modelo de desenvolvimento econômico e social, como a redução do uso de combustíveis fósseis, energia limpa e renovável, o fim do desmatamento e a mudança de hábitos de consumo.

Adotando medidas como essas, será possível estabilizar a concentração global de carbono até 2017, quando deve começar a cair, chegando a ser 80% menor do que em 1990.

O encontro terminou sem acordo por divergências entre os países ricos e em desenvolvimento sobre as ações necessárias para enfrentar o aquecimento global.

4.5.2 Encontros Brasileiros de Educação Ambiental

- Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para EA

Ocorreu em Brasília, no período de 25 a 29 de novembro de 1991, o Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para EA, no qual o Mec recomendava a instituição da EA como conteúdo disciplinar em todos os níveis de ensino.

- Encontros Técnicos de EA

Promovido pela Assessoria/GT de FA do MEC e Semam, os encontros tiveram como objetivo:

- Definir critérios para apoiar e implantar programas de EA na região;
- Promover trocas de experiências em âmbito regional.

Participaram dos encontros técnicos das secretárias estaduais de educação, órgãos de meio ambiente e das universidades federais.

- I Encontro Nacional dos Centros de EA

Em Foz do Iguaçu de 7 a 9 de dezembro de 1992 o MEC reuniu coordenadores pedagógicos, técnicos das secretarias de educação (estaduais e municipais) e das universidades (federais e municipais), para discutir propostas pedagógicas, metodologias para capacitação e para as atividades a serem desenvolvidas.

O encontro tem como objetivo geral promover a EA como uma das formas de melhoria da qualidade de vida, abrangendo todos os setores da sociedade.

- I Conferência Nacional de Educação Ambiental, Brasília, 1997.

Em novembro de 1997 foi aprovada a Declaração de Brasília para a Educação Ambiental. No documento consta a situação da educação ambiental no Brasil, assim visando melhorias do seu processo de desenvolvimento. O documento mostra as dificuldades encontradas por quem está envolvido com o processo.

O documento aborda questões sobre EA e a Agenda 21, EA não-formal, metodologias, capacitação, EA e o setor produtivo, participação popular e cidadania, programa nacional de EA, políticas urbanas, recursos hídricos, agricultura, ciência, tecnologia, os meios de comunicação e os processos de informação e organização da sociedade.

- Encontro Mercosul de Educação Ambiental

O encontro realizado em Foz do Iguaçu de 04 a 07 de novembro de 2008, contou com a participação de 13 países latino-americanos e teve como resultado dois documentos: a Declaração de Foz do Iguaçu e a Ata elaborada pelos representantes dos países do Setor Educacional do Mercosul, destacando-se alguns pontos importantes:

- Proposta de Grupo de Trabalho permanente sobre o tema EA no âmbito do SEM;
- Indicação de interesse dos países em aderir à proposta brasileira da Conferência Internacional Infante-Juvenil – vamos cuidar do planeta;
- Sugestão de algumas linhas de ação para o GT a ser criado, tais como: intercâmbio de experiências e cooperação técnica em EA, formação de docentes, sistematização e produção de materiais, construção de conceitos e ação voltadas à criação de escolas sustentáveis.
- Abordar temas das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável (2005-2014) e do tratado da EA para as sociedades sustentáveis e responsabilidade global.

4.5.3 Previsão de Próximos Encontros sobre Educação Ambiental

- Confit 2010 – Conferência Internacional – Vamos Cuidar do Planeta

Previsto para acontecer de 05 a 10 de junho de 2010, em Brasília, com a participação de jovens e adolescentes para discutirem os problemas socioambientais globais, com foco nas mudanças do clima. O objetivo do evento é possibilitar que as crianças e jovens do mundo todo se apropriem de compromissos globais, assumindo responsabilidades para a construção de sociedades sustentáveis, e promover uma rede de cuidados com o planeta.

- Encontro das Nações Unidas no Brasil

O Brasil vai sediar, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável. Já batizada de Rio+20, em referência a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a conferência será novamente na Capital Fluminense. A realização foi aprovada dezembro passado pela Assembleia Geral das Nações Unidas de Copenhague, na Dinamarca.

O encontro havia sido proposto em 2007 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A principal idéia para o evento é avaliar e renovar os compromissos com o desenvolvimento sustentável assumidos pelos líderes mundiais na Eco-92. A Rio+20 também discutirá a contribuição da economia verde para o desenvolvimento sustentável e a eliminação da pobreza.

5. DESAFIO CONTEMPORÂNEO

A Revolução Industrial se caracterizou pela propagação dos princípios da industrialização, houve um crescimento muito rápido da concorrência e da indústria de bens de produção, visando a necessidade cada vez maior da utilização de máquinas como um meio para alcançar maior produtividade.

Assim as formas de produção eram mais eficientes, permitindo um crescimento no consumo, ocasionando transformações econômicas e sociais. Por outro lado, aumentou o número de desempregos, uma vez que as máquinas foram substituindo aos poucos a mão de obra humana. Houve consequências negativas como o êxodo rural, o crescimento desordenado das cidades e a poluição ambiental. Esses efeitos podem ser sentidos até os dias de hoje.

Com a Revolução Industrial o homem passou a utilizar o carbono estocado a milhões de anos em forma de carvão mineral, petróleo e gás natural para a geração de energia e no uso em indústrias e veículos. Para obter esse carbono, houve a destruição e a queima de florestas cada vez de forma mais acelerada.

O resultado desta ação é a emissão e acumulação de dióxido de carbono, metano e outros gases na camada atmosférica. Com a emissão excessiva destes gases poluentes, a camada atmosférica se torna mais espessa e a sua capacidade de reter calor é potencializada, ocasionando o aumento da temperatura no planeta. Esse aumento de temperatura, também conhecido como efeito estufa, tem como resultado o aquecimento global que gera mudanças ambientais.

A utilização do carvão não traz prejuízo somente à atmosfera. A sua mineração e a queima na indústria carbonífera alteram a paisagem e o ecossistema. Como resultado temos alteração no solo, tornando-o impróprio para a agricultura, assoreamento das drenagens e a contaminação das águas. Além destes aspectos, devem ser levados em conta os gastos com saúde pública para tratar de problemas decorrentes da mineração.

No caso do petróleo, além da emissão de gases, os danos atingem em maior parte os oceanos, prejudicando a vida marinha, a pesca e ao turismo.

Segundo Cardoso (2007, p.15), a poluição acarreta para o ambiente marinho:

A morte instantânea do plâncton, ou ainda pela biocumulação, que é o fenômeno através do qual os organismos vivos acabam retraindo dentro de si algumas substâncias tóxicas que vão se acumulando também nos demais

seres da cadeia alimentar até chegar ao homem, sendo um processo lento de intoxicação e muitas vezes letal.

A falta de estrutura e planejamento para receber a população rural que se estabelece nos centros urbanos, atraídos pela promessa de uma vida melhor, acaba fazendo com que estas pessoas ocupem áreas que deveriam ser destinadas à preservação ambiental.

Associado a este fator, também esta a questão do lixo produzido e despejado em locais impróprios para esta atividade.

O lixo orgânico leva aproximadamente 20 anos em sua decomposição e, neste processo, produz metano, que é um gás inflamável e explosivo. Quando o lixo é despejado fora de aterros sanitários controlados, há um grande risco para a população que mora em áreas próximas a esses lixões ou até mesmo ex-lixões. No caso destes lixões, o lixo é apenas aterrado. Com isso o metano fica preso e migra para os poros e bolsões vazios no subsolo onde se acumula. Quando este lixo é aterrado, não recebe umidade nem ventilação, o que causa uma interrupção na degradação destes resíduos, sem cessar a produção deste gás. Sendo assim, qualquer atividade realizada no solo pode reiniciar o processo de degradação e produção de metano.

Isto implica em outro problema para as áreas situadas acima ou próximas dos ex-lixões, pois essas áreas tem o solo instável, constituindo uma ameaça às construções que venham ser realizadas neste local. Essa instabilidade é resultado da redução do volume de resíduos e da expansão ou migração do metano, formando buracos no subsolo que aos poucos vão sendo preenchidos através de uma nova acomodação destes resíduos, causando movimentação na superfície.

Recentemente foi divulgada em âmbito nacional, a tragédia ocorrida no morro do Bumba, na cidade de Niterói. Este é um exemplo de comunidade em situação de vulnerabilidade social que também se encontram em risco ambiental.

Foi de conhecimento público, que a favela foi construída em cima de um antigo lixão. Durante décadas, a região recebeu os detritos dos niterienses, sendo posteriormente coberto e desativado. Com o passar dos anos a região foi sendo irregularmente ocupada, acabando por receber projetos de urbanização e aparato público. De acordo com informações divulgadas na mídia, em 2004, foi realizado um estudo acerca desta região que não apontou as fragilidades ambientais existentes, nenhum plano para retirada das famílias foi realizada, pelo contrário, a região acabou por receber a legitimidade do estado a medida em que algumas das famílias tinham legalizados inclusive suas taxas de IPTU.

Este mapa ambiental, conforme podemos ver a seguir, nos mostra a região, destacando-se a área onde ocorreu o deslizamento:

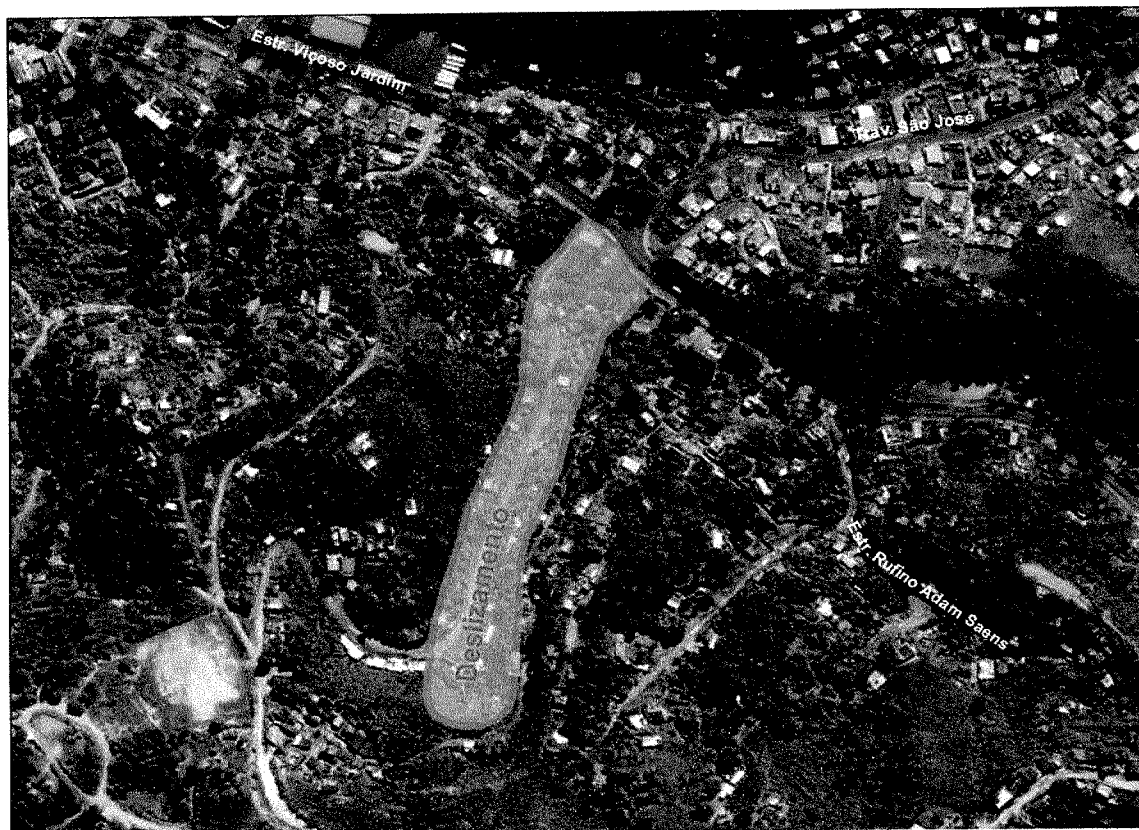


FOTO 1 – Morro do Bumba (Mapa Ambiental).

FONTE – www.google.com.br/imges. Acesso 10 junho 2010.

Na próxima foto podemos ver o morro do Bumba, onde aconteceu o deslizamento, as casas ainda existentes, até mesmo algumas ainda sendo construídas, correndo o risco de serem afetadas com deslizamentos posteriores.

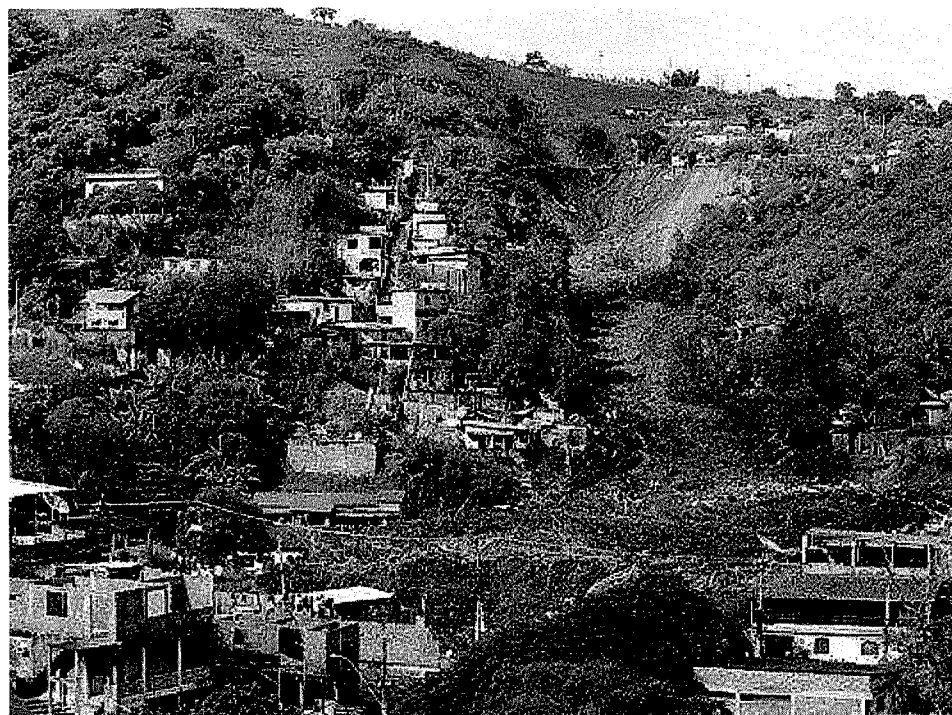


FOTO 2 – Morro do Bumba, após o deslizamento.

FONTE – www.alagoas24horas.com.br.

O ocorrido abre as portas para refletirmos quanto a importância de realizarmos projetos de educação ambiental, na medida em que, tanto a população quanto o poder público desconheciam a gravidade da situação a longo prazo.

5.2 Experiência em Juiz de Fora

Em Juiz de Fora podemos mencionar a questão ambiental como: Para demonstrar a minimização dos danos ambientais nas comunidades em situação de vulnerabilidade social por meio da educação ambiental, realizaremos uma breve análise acerca da área de invasão conhecida como Jardim Cachoeira – Fazenda Santa Cândida situada no bairro Carlos Chagas.

A região é apresentada pela prefeitura de Juiz de Fora, no atlas social de 2006 como uma microarea de vulnerabilidade social. A área é composta por aproximadamente 70 domicílios no qual residem famílias sem acesso a saneamento básico, com moradias precárias (alvenaria e materiais não duráveis) e titularidade irregular da terra. A infra-estrutura urbana é considerada parcial, não existe captação de esgoto, abastecimento de água e drenagem pluvial, a acessibilidade é parcial e a iluminação pública inexistente. Consta que a área não pode ser legalizada por se tratar de área de proteção ambiental com risco evidente. Importante destacar que esta situação vem se arrastando a anos tendo em vista que parte das famílias ali residem a mais de duas décadas. A seguir, na foto, temos uma visão da área onde está localizada a fazenda Santa Cândida, destacando-se a área de invasão, conhecida como Jardim Cachoeira.



FOTO 3 – Fazenda Santa Cândida, área de invasão Jardim Cachoeira.

FONTE – Atlas Social de Juiz de Fora – Diagnóstico, 2006.

Alguns reflexos podem ser observados na saúde como a frequente incidência de diarreias e alergias em crianças e adolescentes.

A realização de um diagnóstico como uma aproximação daquilo que se quer entender (neste caso o diagnóstico existe, no entanto não é colocado como uma prioridade para ser solucionado, a questão da proteção ambiental é colocada como empecilho para legalização).

Neste sentido a educação ambiental pode contribuir para amenizar as condições de vida da população. Algumas estratégias podem ser utilizadas:

- Divulgação e capacitação na utilização de instrumentos e técnicas para melhorias das condições higiênicas e sanitárias nos domicílios e nas comunidades;
- Demonstração e divulgação das práticas de degradação do meio ambiente;
- Fomentar a mudança de hábitos em sociedade e práticas que favoreçam a proteção, conservação e recuperação das condições sanitárias e ambientais;
- Apoiar tecnicamente as instituições responsáveis contribuindo assim para a busca de soluções e a implementação de prioridades.

Conforme o Atlas Social de Juiz de Fora (2006), entretanto, a área mencionada é de preservação ambiental, isso antes da invasão das famílias do Jardim Cachoeira. Sendo assim não se pode aplicar todos estes métodos mencionados acima, o correto é a retirada das famílias por meio de projetos habitacionais e recuperação da área degradada. Na realidade esta é uma obrigação do poder público, que teria que ter feito isto no começo da invasão, assim evitando a degradação da área e os problemas futuros ocorridos.

Diante da realidade, devemos realizar aqui uma breve reflexão: mediante a postura de inalteração da realidade local, o que faz com as famílias do Jardim Cachoeira ali permaneçam?

Vários pontos podem ser apresentados como o desconhecimento acerca de seus direitos, as condições socioeconômicas baixas que impedem sua mobilidade, o desemprego, a baixa escolaridade e demais características que colocam esta parcela da população nos critérios da chamada vulnerabilidade social.

A população ali residente acaba por não se reconhecer enquanto sujeito de direitos e desta forma não se apresenta enquanto classe, o que dificulta a mobilização para a busca e conquista de melhorias.

As ações devem ser desenvolvidas de forma interdisciplinar com profissionais de diversas áreas, por meio de atividades de grupo e mobilização das lideranças com intuito de despertar sua organização e consciência de classe na busca por seus direitos quanto a melhoria nas suas condições de vida.

Não podemos deixar de mencionar que outros aspectos devem ser trabalhados conjuntamente a fim de que os cidadãos ali residentes superem sua condição de vulnerabilidade e alcancem seu empoderamento. Numa equipe interdisciplinar são abordados os aspectos psicosociais de forma a alcançar o fortalecimento das famílias e comunidades.

6 CONCLUSÃO

Ao realizarmos este trabalho identificamos que o início da degradação do meio ambiente se deu atrelado ao surgimento da questão social. Podemos dizer que nos aspectos que envolvem as desigualdades sociais também podemos notar os aspectos ambientais onde a parte mais pobre de nossa sociedade é também aquela que mais sofre.

Hoje nota-se o crescimento de ocupação e invasão irregular em áreas de risco, sem estrutura e planejamento, que são ocupadas por indivíduos que apresentam condições socioeconômicas baixas, nível baixo de escolaridade e desprovidas de recursos, assim desconhecendo seus direitos e dos riscos que estão correndo por ocuparem estas áreas.

Em relação à prática profissional referente às questões ambientais, ainda nota-se um número pequeno de profissionais inseridos nesta área. Há um interesse grande em se trabalhar com a preservação ou com a degradação ambiental junto as comunidades em situação de vulnerabilidade social, mas não identificamos interesse em trabalhar essas questões enquanto políticas e responsabilizando as autoridades públicas e as camadas mais abastadas pela preservação do meio ambiente. Os profissionais acabam, até mesmo inconscientemente, repetindo o discurso dos segmentos sociais transferindo para os segmentos mais pobres a responsabilidade pela preservação e degradação ambiental.

Ao término desta monografia podemos ressaltar que a chave para o desenvolvimento social é a participação, a informação, a educação e o fortalecimento de consciência das pessoas. O desenvolvimento deve ser apropriado não só aos recursos e ao meio ambiente, mas também à cultura, história e sistemas sociais.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS 24 horas. Disponível em:

<http://www.alagoas24horas.com.br/legba/admin/temp/Thumbs/d/b/%7Bdbf1cda9-914e-48b4-bc83-3a2d74522092%7D_morro%20do%20bumba_500x375x0.jpg>. Acesso em: 10 junho 2010.

CONFERÊNCIA Internacional Infante Juvenil. Disponível em:

<http://confint2010.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=50%3Amercosul2&catid=1%3Aultimas-noticias&Itemid=96&lang=br>. Acesso em: 02 junho 2010.

CONFERÊNCIA Internacional Infante Juvenil. Disponível em:

<<http://www.portalis.co.pt/confint-2010-conferencia-internacional-infantjuvenil-%E2%80%93-vamos-cuidar-do-planeta/>>. Acesso em: 02 junho 2010.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental – Princípios e Práticas**. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

ECO 4 Planet. Disponível em:

<<http://blog.eco4planet.com/2010/01/brasil-vai-sediar-encontro-ambiental-em-2012/>>. Acesso em: 02 junho 2010.

GRUPO de Apoio às Comunidades Carentes. Disponível em:

<http://www.gacc.org.br/site/index.asp?Conteudo_ID=1>. Acesso em: 10 maio 2010.

JUNIOR, Arlindo Philippi e PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação Ambiental – Desenvolvimento de Cursos e Projetos**. 2. ed. São Paulo: Signus, 2002.

MAPA ambiental. Disponível em:

<<http://www.google.com.br/images?q=foto+morro+bumba+deslizamento&hl=pt-BR&gbv=2&tbs=isch:1&sa=N&start=20&ndsp=20>>. Acesso em: 10 junho 2010.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica**. Brasília: 2005.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?idoconteudo.monta>>. Acesso em: 15 maio 2010.

PLANETA Sustentável. Disponível em:
<<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/desenvolvimento/cop-15-o-que-e-conferencia-partes-copenhague-499684.shtml>>. Acesso em: 02 junho 2010.

PREFEITURA Municipal de Juiz de Fora – **Atlas Social de Juiz de Fora** – Diagnóstico. Juiz de Fora: 2006.

SANTOS, Raquel. **Serviço Social e Meio Ambiente**. 2007. Monografia de Conclusão de Curso de Assistente Social. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

VULNERABILIDADE Social. Disponível em:
<<http://www.cavanis.org.br/dow/geral/historicosocial.pdf>>. Acesso em: 14 abril 2010.